

# O PROCESSO DE EDUCAÇÃO FEMININA DURANTE O PERÍODO INICIAL DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (1780-1850): QUAL EDUCAÇÃO? PARA QUEM?

SILVEIRA, Talita Perez<sup>1</sup>

LAZARINI, Ademir Quintilio <sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo foi realizado por meio de estudos na área de História da Educação, sendo resultado de uma pesquisa bibliográfica, analisando o contexto histórico do século XIX, mais precisamente o período de Revolução Industrial a partir 1780 a 1850. Analisou-se o modo de inserção da mulher no sistema fabril, suas condições insalubres e das jornadas de trabalho exaustivas, bem como a educação em caráter instrutivo em geral nesse período. Como referencial teórico, apresenta-se o teórico revolucionário, Karl Marx e sua obra “O Capital”. Nesta obra é apresentado criticamente o sistema capitalista, possibilitando a análise de alguns dos aspectos decisivos da Revolução Industrial e o desenvolvimento dessa nova formação social.

**Palavras-Chave:** Mulher; Educação; Revolução Industrial.

## ABSTRACT

The present article was carried out through studies in the History of Education area, being the result of a bibliographical research, analyzing the historical context of the nineteenth century, more precisely the period of Industrial Revolution from 1780 on. woman in the factory system, her unhealthy conditions and exhausting working hours, as well as instructional education in this period. The theoretical framework is the revolutionary theorist Karl Marx and his work “The Capital”. In this work, the capitalist system is critically presented, allowing the analysis of some of the decisive aspects of the Industrial Revolution and the development of this new social formation.

**Keywords:** Woman; Education; Industrial Revolution.

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe um estudo acerca da educação feminina, segundo a sua posição de classe social, em um período caracterizado pelo avanço da grande indústria e da maquinaria na Inglaterra: a Revolução Industrial.

Para Karl Marx, o processo de desenvolvimento capitalista está ligado ao mecanismo de produção da indústria, acelerando o processo de acumulação de

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Departamento de Fundamentos da Educação da UEM.

capital da burguesia. Com início na Inglaterra, este evento histórico trouxe grandes mudanças, tanto econômica quanto social e que contribuiu com a implantação definitiva do modo de produção capitalista. Na discussão crítica com o economista e filósofo inglês John Stuart Mill (1806-1873), Marx explicita qual é o objetivo fundamental da aplicação tecnológica da ciência nos processos de produção capitalista, independentemente do setor no qual ela for aplicada.

Em sua obra “Principies of Political Economy” {Princípios da Economia Política}, diz John Stuart Mill: “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de alguns seres humanos”.<sup>1</sup> Não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia. (MARX, 2014, p.427).

A Revolução Industrial é o conjunto de transformações econômicas, tecnológicas e sociais ocorridas na Inglaterra em meados do século XVIII, e se caracteriza pela passagem de um sistema de produção manufatureiro para o industrial. Com o avanço no crescimento da indústria, houve o aumento da força de trabalho feminina, porém, não era necessária, em regra, sequer uma formação escolar mínima para atuar na maioria dos processos de trabalho. A partir do desenvolvimento da indústria e maquinaria, o trabalho do proletário tornou-se de maneira predominante, apenas um “acessório consciente” (Marx) da máquina de produção.

Diante do cenário exposto, como objetivo principal, a pesquisa pretende analisar qual a forma de educação feminina pertencente à classe trabalhadora durante o período inicial de Revolução Industrial. Portanto, será que foi necessária educação escolarizada para as mulheres da classe trabalhadora participarem da produção capitalista?

Como referência a pesquisa apresentará as ideias de Karl Marx, um dos maiores pensadores revolucionários do século XIX. Marx não aborda especificamente a educação feminina neste período, no entanto, não há outra forma de falar sobre classe social sem mencionar este pensador. Ele aborda a intensa luta de classe

---

<sup>1</sup> Neste ponto, Marx insere uma nota de rodapé, onde faz a seguinte afirmação: “Mill deveria ter dito: De algum ser humano que não viva do trabalho alheio. As Máquinas aumentaram certamente o número dos abastados ociosos”.

envolvendo burguesia e proletariado, as duas principais classes sociais que emergiram com a Revolução Industrial, tanto em termos econômicos quanto em termos políticos. Dessa forma, trata-se um assunto bastante pertinente nos dias atuais e que afeta consideravelmente o nosso sistema educacional, tendo em vista a efervescência das lutas de classes no momento atual e candente questão da exploração econômica feminina, bem como as diversas formas de opressão cotidianas concomitantes a ela.

O trabalho feminino, vale ressaltar, também foi explorado nas minas de carvão, transportando do fundo delas o carvão até a superfície, com jornadas intensas de trabalho. Ao analisar esse momento Marx afirma que:

Depois de 1842, as operarias não mais empregadas no subsolo, mas para carregar o carvão, arrastar as cubas até os cais e os vagões ferroviários, selecionar o carvão etc. o emprego delas aumentou muito nos 3 a 4 anos. São na maioria, filhas e viúvas de operários das minas, dos 12 até os 50 e 60 anos de idade. (MARX, 2014, p.560).

A escolha do tema surgiu por meio da disciplina de História da Educação Pública. Em um dos textos apresentados, o tema Revolução Industrial seguido de relatos sobre a vida da mulher na grande indústria destacou-se, dando início ao presente trabalho. O processo de escolarização beneficiava apenas a alta e média burguesia, enquanto mulheres e crianças da classe trabalhadora estavam sendo exploradas, contando apenas com a sua força de trabalho para sobreviver. Assim, o proletariado seguia sem qualquer direito ou benefício.

[...] por meio da introdução de trabalho feminino, infantil e não qualificado como nova base da divisão do trabalho [...] parte das crianças e mulheres empregadas nas fabricas modernas e manufaturas, soldadas desde a mais tenra idade as manipulações mais simples, é explorada durante anos sem aprender nenhum trabalho que as torne mais tarde uteis ao menos nessa mesma fábrica ou manufatura. (MARX, 2014, p.459).

Diante desse cenário, nesta pesquisa, objetiva-se apresentar a educação feminina neste período da Revolução Industrial, bem como, abordar e compreender os elementos que envolvam o tema. Compreender a ideia de educação feminina é também compreender as questões sociais. Abordar a educação feminina, é, também, garantir e contribuir para seu desenvolvimento.

Em termos acadêmicos, a pesquisa visa promover o conhecimento a respeito da situação precária em que a mulher foi inserida nos meios de produção capitalistas, bem como a exploração da sua força de trabalho e a influência do seu pertencimento de classe social para o acesso à educação. Busca, portanto, compreender historicamente as condições de sua educação, bem como descrever e analisar este contexto educacional.

Com este tema, é possível ter bases teóricas para iniciar a desconstrução de pré-conceitos sobre o papel da mulher na sociedade capitalista. Abordar o seu processo de inserção na educação segue como principal objetivo de pesquisa neste âmbito acadêmico.

Em um contexto social, é importante o levantamento das questões que envolvam a educação e o trabalho feminino no período em que o capitalismo mais adquire espaço e domina a sociedade. Trata-se de uma questão relevante, pois, apresenta o cenário em que essas questões são pertinentes e busca, sobretudo, estimular o senso crítico da sociedade diante das transformações capitalistas nas relações de produção e na área educacional que influenciam diretamente a vida humana, mais precisamente, como afetou a valorização do trabalho e da educação da mulher. Portanto, o principal objetivo é refletir sobre educação e classe social, somos todos iguais e temos as mesmas condições e direitos à educação?

Este parágrafo nos faz pensar o quanto é importante e relevante estudar a história da educação. E mais importante ainda, lutar por ela.

A presente pesquisa caracteriza-se em qualitativa, voltada à compreensão do conhecimento e responde a questões bem particulares e segue uma linha compreensiva e interpretativa do contexto a ser analisado.

A pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 1977).

Em análise, a pesquisa resulta em descritiva, que aborda as questões de divisão de classe de um determinado grupo, em uma determinada época, neste caso, a influência da classe social na forma de educação feminina. “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL, 2002, p.48).

No que se refere aos procedimentos, está definida como pesquisa documental, pois as fontes de extração do material para estudo são diversas, vão de análises de filmes a documentos diversos e de acordo com GIL, “são materiais que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A Análise de Conteúdo estudado neste artigo foi baseada na obra de Bardin, que, segundo ela, apresenta o processo em quatro partes: organização da análise; codificação; categorização; tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica que de acordo com Gil (2002, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para um levantamento de dados, foram feitas análises bibliográficas de documentos que revisem a arte da literatura durante o período de Revolução Industrial em questão.

Os pressupostos teóricos que norteiam este trabalho foram extraídos fundamentalmente, de parte da obra *O Capital* de Karl Marx e da obra da Helena Saffioti, *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

Em um primeiro momento a pesquisa aborda a inserção da mulher na grande indústria, bem como suas condições precárias como trabalhadora e, em um segundo momento, sua educação que, primeiramente era voltada as questões moral e formação da família até as instruções primárias para a inserção como trabalhadora assalariada.

## **2. A INSERÇÃO DA MULHER COMO TRABALHADORA ASSALARIADA NA GRANDE INDÚSTRIA**

Marx destaca que o ponto de partida para a Revolução Industrial é o desenvolvimento da máquina-ferramenta. Máquina decisiva nesse período, quando Marx mostra que toda máquina desenvolvida constitui-se de três partes essenciais distintas: a máquina motriz, os mecanismos de transmissão e por fim a máquina-ferramenta.

Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de o aumentar o número de assalariados colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. (MARX, 2014, p.451).

Importa, neste momento, fazer uma breve digressão histórica sobre as origens da força de trabalho, dos trabalhadores, disponível em larga escala no final do século XVIII e início do século XIX, no processo de constituição e propagação da Revolução Industrial. Esse processo iniciou-se no final do século XV e perdurou até o final do século XVIII na Inglaterra. Marx afirmou, com base em análises dos mais variados documentos oficiais e das mais variadas fontes literárias do período em questão, que a expropriação camponesa das terras e, por conseguinte, dos demais meios de produção foi para o desenvolvimento do capitalismo manufatureiro e, posteriormente, do industrial. Essa análise aparece principalmente no Capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*, intitulado “A chamada acumulação primitiva”. Vale apenas citar algumas fundamentais a título de esclarecimento:

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que ‘por toda parte enchiam inutilmente os solares’, conforme observa acertadamente Sir James Steuart. [...] O florescimento da manufatura de lã, com a elevação conseqüente dos preços da lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra. [...].

O processo violento de expropriação do povo recebeu um terrível impulso, no século XVI, com a Reforma e o imenso saque dos bens da Igreja que a acompanhou. À época da Reforma, a Igreja Católica era proprietária feudal de grande parte dos solo inglês. A supressão dos conventos etc. enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado. [...].

O progresso do século XVIII {neste aspecto da expropriação dos camponeses e da sua proletarização} consiste em ter tornado a própria lei, o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. (MARX, 1994, v. 1, t. 1, p. 833, 837, 840).

Importa, também, esclarecer a esse respeito que as gerações de camponeses expulsos das suas terras ou daquelas onde eram inquilinos por arrendamentos e que não conseguiam se empregar nas manufaturas ou em outros empregos urbanos e rurais eram severamente punidos pelo Estado. Essas punições incluíram detenção, marcação na pele por ferro, corte da orelha e, em último caso, a pena capital por enforcamento. No supracitado Capítulo de *O Capital*, amparado por farta documentação, Marx apresenta uma análise pormenorizada a esse respeito. Dessa análise extraímos as seguintes passagens esclarecedoras:

[...] Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. Henrique VIII, lei de 1530, [...] Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida prestarão juramente de voltar a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos “para se porem a trabalhar”. [...] Na primeira reincidência de vagabundagem, além da pena da flagelação, metade da orelha será cortada; na segunda, o culpado será enforcado como criminoso irrecuperável e inimigo da comunidade. (MARX, 1994, v. 1, t. 1, p. 851, 852).

Ao longo da história da Revolução Industrial, constatamos que o trabalho manual do homem vai sendo substituído progressivamente pela máquina e, juntamente com esse avanço tecnológico, vamos notando a inserção da força de trabalho infantil e feminina nestes meios de produção, ou seja, aos poucos toda família via-se obrigada a esse tipo de trabalho. Houve então o ingresso, em larga escala, de mulheres e crianças na produção industrial e nos demais setores capitalistas junto a esse processo, por isso ocorreu queda no valor da força de trabalho dos homens adultos. Enquanto o pai de família para trabalhar por quatorze horas recebia, por exemplo, o equivalente a seis libras, uma mulher ganhava cerca de três libras enquanto dois filhos, recebiam por cinco libra para trabalharem vinte e oito horas.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. (SAFFIOTI, 1976, p.38).

A mulher nunca esteve alheia ao trabalho, ao longo do processo civilizatório, sempre contribuiu para o desenvolvimento, tanto o de sua família quanto ao que diz respeito à produção de riquezas. Participou ativamente e desempenhou papel importante na economia.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuindo para a subsistência de sua família e para criar riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especialmente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. (SAFIOTTI, 1979, p.32).

Embora a mulher sempre estivesse à frente de alguns negócios, aquela que não fosse levada a guilda mercantil por um homem, poucas eram as chances de permanecer como negociantes, nesses casos a mulher solteira dificilmente fazia parte desses grupos de aprendizes. Embora dotada de grandes capacidades, tanto na Inglaterra quanto na França no século XVII, a “mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não.” (SAFFIOTTI, p.33).

A posição social da mulher se dava a partir de seu casamento, dessa forma, ficava subtendido que a felicidade pessoal partia desse princípio e conseqüentemente a prosperidade econômica.

A submissão feminina em relação ao homem diz respeito a uma tradição surgida com o advento das sociedades antagonicamente divididas em classes sócias. Nessas sociedades, a mulher dependia economicamente do homem e lhe devia obediência, no entanto, vale ressaltar que a desigualdade entre os sexos não pode ser um assunto tratado separadamente, pois o trabalho nas sociedades pré-capitalistas sempre apresentou a figura feminina como partícipe do trabalho e, em muitas atividades, à frente dele. Não se pode falar em independência, todavia a atividade trabalho não era estranha à mulher pertencente às frações das classes trabalhadoras.

Embora submissa à figura masculina, o trabalho feminino na sociedade pré-capitalista, desempenhava papel econômico fundamental. A inserção em massa da mulher menos privilegiada no sistema de produção, serve inclusive para “garantir a ociosidade das camadas dominantes”. (SAFFIOTTI, p.34).

À medida que a sociedade se desenvolvia, passando de feudal para capitalista, o trabalho feminino era inserido de maneira assalariada na nova sociedade, essa inserção se dava de maneira subvalorizada em relação ao trabalho assalariado masculino. A figura feminina era ativa, mas não reconhecida. Trabalhava no campo, nas minas, oficinas e nas tarefas domésticas, sempre muito submissa à figura

masculina. Com a sociedade industrial ela passa a ser assalariada, subvalorizada em relação ao trabalho masculino.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição de classes sociais. (SAFFIOTI, 1979, p.34).

Nesse processo de desenvolvimento do sistema fabril, a mulher ocupa espaço significativo na história, onde a força de produção passa a ser não somente do homem, mas sim, de toda sua família, onde passam a trabalhar sob supervisão do rico proprietário capitalista e dos seus supervisores. A partir desse momento histórico, homens e mulheres fazem parte da exploração da força de trabalho das fábricas geridas pela burguesia.

Com esse crescimento acelerado da indústria e o aumento das cidades, o chefe de família, o homem da casa, já não consegue sozinho garantir a sua família o seu sustento, assim vê-se obrigado a levar esposa e filhos ao trabalho, onde vale ressaltar, trabalho com jornada abusiva e desumana. Essa análise é realizada pormenorizadamente por Marx no subitem “*Apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares. O trabalho das mulheres e das crianças*”, pertencente ao Capítulo “*Maquinaria e grande indústria*” do Livro Primeiro de “*O Capital*”. Ali, entre outros pontos, Marx destaca que:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. [...] Antes {período manufatureiro}, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos. (MARX, 2014, p. 451 e 452).

Enquanto a exploração nas fábricas crescia, aumentava a luta pelo acúmulo de capital. A indústria, com a chegada das máquinas, não pretendia a diminuição do trabalho, mas sim a produção da mais valia, aumentando a produtividade do trabalho

(produzir mais em menos tempo com quantidade igual ou menor de trabalhadores). É nessa situação social que temos a inserção da mulher e da criança no mercado de trabalho nas grandes indústrias e nos setores acessórios à elas.

Além de toda dificuldade o trabalho é completamente doentio e “é sobretudo a saúde do corpo feminino a mais profundamente minada; queixam-se geralmente de perdas brancas, de partos difíceis e abortos”. (ENGELS, p.64). É sem dúvidas no mínimo uma exploração explícita da força de trabalho feminina.

Mas tudo isso é apenas um dos males. As consequências morais do trabalho das mulheres nas fabricas são muito mais graves. A reunião dos sexos e de todas as idades num “atelier” único, a inevitável promiscuidade dela resultante, a jazida num espaço estreito de seres aos quais não foi dispensada nenhuma educação nem intelectual nem moral, não são fatos que exerçam, exatamente, uma feliz influência no desenvolvimento do caráter feminino. (ENGELS,1981, p.70).

Com a Revolução Industrial, o desenvolvimento das máquinas e avanço tecnológico trouxe benefícios no que diz respeito ao aumento da produção de riquezas e da produtividade do trabalho, no entanto, esse período da história trouxe, em regra, o barateamento da força de trabalho masculina, bem como a inserção da mulher nos processos capitalistas de trabalho nas condições anteriormente abordadas. Todavia essa inserção não se deu de maneira pacífica, pois gerou lutas constantes não só em relação a desigualdade salarial, mas também sua dificuldade de convivência no seu ambiente de trabalho, ambiente este que por sua vez não respeitava sequer os direitos humanos.

### **3. A EDUCAÇÃO DA MULHER**

Até o século XVIII, a preocupação com a escolaridade era, predominantemente, em torno dos meninos da classe burguesa. A partir do século XIX, escolas, jornais e literatura passaram a ser destinados ao público feminino, esse momento parece representar importância na redefinição do repertório cultural, considerado apropriado às mulheres.

As condições existenciais tanto da mulher quanto do homem, torna-se fundamental no que diz respeito às relações sociais de gênero. Contudo, o sexo feminino possui grande histórico de discriminação e luta. Não só neste momento de Revolução Industrial, mas nos deparamos sempre com essa situação, a divisão de classes, por decorrência a educação também adquiriu caráter diferenciado nessa sociedade.

[...] Não há para ela elas, na sua doutrina da Religião da Humanidade, qualquer possibilidade de gerenciamento a economia da ordem produtiva, mas apenas das regras morais que dela emana. (SILVA, 2000, p.99).

Marx e Engels afirmam, em “*O manifesto do Partido comunista*”, que o papel da mulher da burguesia é produzir os herdeiros para usufruir a riqueza da família, enquanto a mulher da classe trabalhadora vivia para manter os trabalhadores em sua própria família, ou seja, garantir e reproduzir a força de trabalho para o sistema capitalista, precisava atender essas necessidades do sistema para sobreviver, um sistema que adocece e exige do indivíduo o cumprimento de uma única função.

A mulher era pressionada a encontrar na vida doméstica seu mais nobre destino, sua maior vocação a fonte natural de toda sua influência e o primeiro elemento necessário do poder moderador da educação moral. A moral espontânea, a educação dos sentimentos, enfim, a educação primeira se coloca como essencial e deve-se ser dirigida, necessariamente pela mulher/mãe, visto que como seres sensitivos, as mulheres são apontadas naturalmente superior aos homens. Nesse sentido, é sob a direção da mulher que a criança como futuro homem, deve começar a difícil aprendizagem da luta interior, que dominará toda sua vida, para subordinar, gradualmente, os impulsos egoístas e simpáticos. (SILVA, 2000, p.108).

Quando a mulher trabalhadora passa a ocupar o sistema fabril devido às novas exigências sociais, torna-se um fator desagregador da família, por sua jornada de trabalho ultrapassar 12 horas, a mulher é obrigada a atender a demanda capitalista, pois caso contrário a sua família não conseguiria se reproduzir socialmente devido à carência econômica. Essa situação é o verdadeiro responsável pela desagregação das famílias e, dessa forma, ela não pode mais administrar a vida doméstica. Com isso, Engels (1984) relata que há um aumento do número de mortes de crianças devido às mães retornarem para suas casas após o terceiro ou quarto dia de trabalho.

Enquanto a mulher da classe dominante considerada “de família”, historicamente tem a função de passar uma herança de geração em geração, capaz de compreender e ajudar o marido e os filhos, precisaria ser educada por meio de

uma instrução que não apagasse sua noção de sensatez. Com a ascensão do capitalismo, a mulher da classe trabalhadora, além de, em regra, participar ativamente da força de trabalho com salários menores do que os dos homens, assume função de fornecer um farto sistema de mão de obra.

O processo de Revolução Industrial foi responsável pela transformação nas relações de produção, mais precisamente falando, no universo capitalista. Esse processo incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separando o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. Ela passou a cumprir jornadas abusivas de trabalho em condições insalubres e submetidas a espancamentos e humilhações, além do mais, recebiam salários menores que os dos homens.

O desenvolvimento da grande indústria teve por finalidade a produção da mais valia e não necessariamente a diminuição da quantidade de trabalho e tão pouco a preocupação pelo trabalho feminino, (o trabalhador podia continuar trabalhando 2, 3, 4, 6 e mais horas além desse tempo de trabalho necessário) MARX (2014), este que por sua vez surgiu pelo fato de que a força masculina já não era tão necessária, já que o trabalho pesado era realizado pelas máquinas.

À medida que as fábricas crescem a família da classe trabalhadora acaba perdendo o trabalho como o seu meio de sustento e passa a produzir para indústria, vendendo-se como se fossem mercadorias e assim podemos dizer que a burguesia tinha como objetivo o acúmulo de capital, apenas.

Dessa forma, a educação começa a tomar forma para a classe mais pobre, não que fosse uma educação de qualidade, pelo contrário, o seu objetivo principal foi o de adequar o indivíduo para o trabalho simplificado e, conseqüentemente, inserindo-o ao sistema de jornadas de trabalhos exaustivas. A educação possibilita a transmissão dos costumes, hábitos e valores, bem como pode favorecer mudanças nos comportamentos dos indivíduos que participam de uma determinada sociedade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ideia norteadora desse trabalho foi a de analisar o processo de inserção da mulher não só nas fábricas, mas de uma forma geral na sociedade capitalista. Não fica exposto nessa pesquisa a luta pelos direitos feministas, mas vale mencionar que

posteriormente ao período abordado, grandes revoluções acerca desses direitos aconteceram.

A mulher foi submetida ao trabalho fabril durante esse período na Inglaterra, mas, não podemos deixar de abordar, ainda que brevemente, a situação da mulher também no Brasil. Dessa forma, buscamos compreender as transformações nesse período e o impacto resultante da inserção da figura feminina trabalhadora na sociedade, bem como sua educação.

Em face ao desenvolvimento da produção capitalista, a mão de obra feminina era inserida junto à masculina, mas nas fases de crise, por ser mais barato, o trabalho do homem era substituído pelo da mulher e das crianças, especificamente neste período de Revolução Industrial em que houve profundas transformações e que mudou definitivamente a estrutura da nossa sociedade, a mulher viu-se obrigada a inserir-se nos meios de produção capitalistas como força de trabalho assalariada, pois o salário do homem, que nesse período era considerado o responsável, o chefe de família, foi bruscamente diminuído, o que fez com que o trabalho da mulher fosse preferível, principalmente pelo salário pago ser inferior ao do homem.

Refletimos, pois, que a mulher mesmo inserida nas fabricas, continuou com sua função de reprodutora e sua jornada triplicou, justamente pelo acúmulo de tarefas domésticas.

Embora a mulher, mesmo nunca estando alheia ao mercado de trabalho, sempre esteve em segundo plano, sempre sob supervisão do sexo masculino e durante muito tempo cuidando da família e filhos como se essa fosse uma atividade inferior. Mais tarde, elas passaram a receber formação para se profissionalizarem em profissões social intelectualmente mais prestigiadas como, por exemplo, professoras primárias, mas ainda assim vinculada a uma visão maternal. Entretanto, vale ressaltar que essa educação não era para todas as classes de mulheres, eram voltadas à classe burguesa, enquanto as de origem mais humilde, de geração em geração, eram ensinadas a servirem a sociedade burguesa em funções sociais consideradas secundárias e até mesmo subalternas.

Dessa forma, a felicidade feminina se daria pelo casamento e então a mulher é designada a encontrar no lar o seu destino, sendo a moderadora da educação moral da família.

Estudar a mulher, verificando sua trajetória é rever por meio da história, o processo da sua formação e modo de inserção, não somente a mulher trabalhadora nos meios de produção, mas também como cidadã.

Por fim, a educação em grau instrutivo nesse período e a forma como ela foi designada para a classe trabalhadora traz, no mínimo, reflexões acerca das discussões sobre direitos humanos, educação para todos e divisões de classes, trazendo para o nosso atual cenário questionamentos sobre a evolução e ao mesmo tempo os retrocessos no que diz respeito a acesso e qualidade.

## **5. ANEXO**

### **Breves considerações sobre a educação feminina brasileira na segunda metade do século XIX**

Com decorrência dos estudos, anexamos considerações acerca da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, período em que ocorre a transformação da sociedade escravista imperial para a sociedade baseada no trabalho livre, com regime republicano. Essas considerações foram extraídas exclusivamente da obra da autora Heleieth Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, onde relata a transformação da sociedade brasileira, principalmente no que se refere às funções sociais das mulheres.

Na segunda metade do século XIX, até 1888, o Brasil era um império escravista. A base da sua produção era agrário-exportadora, com setor cafeeiro sendo responsável pela principal riqueza. Tratava-se de uma sociedade patriarcal, onde mesmo a mulher da aristocracia rural era a figura secundária.

Diante dessa situação, o período que antecede a proclamação da República é marcado por diversos conflitos, dentre eles, a passagem inicial da preponderância absoluta do meio rural para o urbano, conflitos entre a camada aristocrata rural de grande poder e as camadas médias que, em regra, lutavam pela implantação da República e pelo fim do trabalho escravo.

Observa-se, também, a Constituição da República, em 1889, que pregava um princípio de laicidade do ensino, promovendo assim um distanciamento da Igreja

Católica, porém, ainda assim o maior poder sobre o ensino era por conta da Igreja. Havia uma concorrência entre o Estado e a Igreja, onde a segunda levava vantagens, pois o Estado apresentava um ensino supletivo de instrução, faltava-lhes orientação pedagógica, ou seja, não houve uma ideia principal de revolucionar o ensino, como não pôde substituir a catequese, dando margem à Igreja que, pela tradição e poder político e econômico, possuía um quadro de magistério apto a realizar as tarefas de ensino. Dessa forma, era a Igreja quem continuava a predominar no ensino de melhor qualidade.

Dentro dessa concorrência, era a mulher quem formaria esses colégios religiosos, que, por sua vez, não eram gratuitos e, assim, marginalizavam a maioria da população trabalhadora da educação nacional e, também, atrapalhavam a profissionalização da camada feminina, pois não possibilitavam cursos profissionais.

Embora, de certa forma, a Igreja limitava a educação profissional, houve um momento em que,

As escolas protestantes, por outro lado, tiveram consequências bastante sensíveis para o processo de alargamento do horizonte cultural da mulher brasileira. Data de 1871 a Fundação da Escola Americana, em São Paulo, que deu origem ao Mackenzie College ao qual acrescentariam, em 1886, o curso secundário e, em 1902, a Escola e Comércio. Esta e outras iniciativas das seitas protestantes, principalmente da Metodista e Presbiteriana, trouxeram inevitável colaboração à educação dos brasileiros, sobretudo do sexo feminino. (SAFFIOTI, 1979, pg.215).

Contudo, a iniciativa das escolas protestantes mesmo “amenizando a segregação sexual e seus efeitos deletérios para a educação feminina” (SAFFIOTI, p.216), a Igreja Católica ainda permanecia no domínio e estas escolas permaneciam apenas como uma perturbação temporária ao fim do Império.

Dessa forma, com a Igreja tendo o predomínio dos sistemas escolares provinciais, mesmo com a proposta pela Primeira Constituição Republicana da ideia de laicidade, prevalecia a instrução e qualificação apenas da camada abastada, ainda assim, com grande desigualdade entre o sexo feminino e o masculino. SAFFIOTI (1979) analisa que, no curso de medicina, cerca de 5.787 homens cursavam, sendo 72 o número de mulheres, chegando a 4 o número daquelas que o concluíam.

De uma forma geral até 1930, no Brasil, o que se pode constatar é que a mulher não ocupava de fato, os cursos em escolas superiores, reiterando, assim, o que já foi mencionando neste trabalho, ou seja, a mulher foi limitada a ser do lar, considerada

uma professora nata na educação de seus filhos para a passagem de valores morais de geração em geração, sendo negada à ela, em regra, qualquer escolaridade.

O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso em que esteve sujeita a evolução do cérebro da mulher. (SAFFIOTI, 1979, p. 206).

No decorrer desse período, finalmente,

A educação feminina é, pois, pensada, de um lado, como uma necessidade para se estabelecer a justiça social e, de outro, como o setor-chave de uma política de reformas sociais visando atingir um estágio superior de organização social. (SAFFIOTI, 1979, p.206).

Ao pensar na educação no período em questão, no Brasil, questionamentos acerca do analfabetismo foram abordados e, por sua vez, possibilitando novas formas de instrução às mulheres.

A Igreja ainda permanecia à frente da educação, mantendo, assim, colégios com educação confessional. Uma vez que mesmo a laicidade do ensino proposta pelo Estado. Não foi pelo governo que a educação obteve progresso, pelo menos, por esse momento, mantendo a classe dominante com acesso às escolas enquanto a classe trabalhadora, considerada inferior, em regra, foi impossibilitada de acesso a ele.

Mesmo com um progresso na maneira de se pensar a instrução feminina neste período, no Brasil, o intuito real das escolas era preparar culturalmente a mulher da classe superior para, por influência da Igreja, assimilar uma educação moral e religiosa com o objetivo de reproduzir integralmente os valores estabelecidos.

Posteriormente, temos o surgimento das escolas normais, mas que por conta de serem insuficientes para atender a camada, abre espaço para o surgimento das escolas secundárias religiosas de “caráter mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior e privilegio das camadas mais abastadas”. (SAFFIOTI, 1979, p.214). Portanto, criando assim, obstáculos à instrução feminina, principalmente para as trabalhadoras rurais e urbanas.

## 6. REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

CAETANO, E. C. O. **A divisão do trabalho**: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Emile Dürkheim. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20060410095823.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410095823.pdf)>. Acesso em: 14 novembro 2017.

DIAKOV, D. KOVALEV, S. **A sociedade primitiva**. São Paulo: Global, 1982.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KUENZER, A. Z. **Exclusão incluída e inclusão excludente**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p.77-95.

MARX, K. **A maquinaria e a indústria moderna**. In \_\_\_\_\_ (org.). **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (33. ed.). p.425-569

MARX e ENGELS. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

MARX, ENGELS, LENIN. **Sobre a Mulher**. São Paulo: Global, 1981. (3. ed.).

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (33. ed.).

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade**: mito e realidade. Prefácio de Antônio Candido de Mello: Petrópolis, Vozes, 1976.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, Rio de Janeiro, jan./abr. 2007.

SILVA, A. T. T. **HISTÓRIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO: Da emancipação da mulher e da criança no trabalho fabril à feminização da educação**. 2000. Dissertação apresentada à examinadora de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

SMITH, S. **Marxismo, feminismo e a libertação da mulher**. Disponível em: <https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2015/05/24/marxismo-feminismo-e-a-libertacao-da-mulher-por-sharon-smith/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.